

projeto

Cot. 450,00

134

Revista
brasileira de
arquitetura,
planejamento,
desenho,
industrial,
construção

ISSN 0101-1766

TRADIÇÃO E
MODERNIDADE
NA ARQUITETURA
LATINO-AMERICANA

AÇO NA ARQUITETURA

CASAS

ARQUITETOS DE QUATRO GERAÇÕES
MOSTRAM SEUS PROJETOS

CONCURSO

A HABITAÇÃO COMO UTOPIA POSSÍVEL

Patrimônio IV

Desenvolvimento em Portugal e no Brasil

Texto

Paulo Ormindo de Azevedo

Uma das consequências da Revolução dos Cravos, que pôs fim a quarenta anos de uma das mais retrógradas ditaduras mundiais e abriu caminho para a derrocada dos últimos regimes de exceção europeus, foi um reposicionamento do povo português com respeito a sua identidade e cultura. Superada a primeira fase de contestação e crise, Portugal reencontrou seu destino europeu e atlântico, a um só tempo, esquecendo a aventura colonial. A integração do país na Comunidade Econômica Europeia (CEE) é a culminância desse processo de rompimento com quase meio século de atraso e automarginalização. Ao invés do monólogo arrogante, Portugal hoje influi nas decisões da CEE e recebe desta suporte político, econômico e técnico para seu desenvolvimento.

Participando do seminário Patrimônio e Desenvolvimento Regional, em abril passado, patrocinado pela Secretaria de Estado da Cultura e Centro de Estudos e Formação Autárquica, em Coimbra, constatei que, não obstante a enorme brecha que ainda medeia entre a península e o continente, existe em Portugal uma confortável sensação de não se estar só, de não se estar à deriva.

Reencontrei amigos, como Manuela Barata, Antonio Meneres e Carlos Alho, e fiz novos, como Pedro Dias, todos com as agendas repletas de seminários e reuniões com parceiros de CEE. O encontro de Coimbra - que, além dos colegas portugueses, contou com a participação do professor Javier Rivera, de Valladolid, da arquiteta Suzana L. Santana, da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) de Minas Gerais, e deste escriba - se destinou exatamente a cotejar e discutir com as novas autoridades municipais da região central de Portugal projetos de desenvolvimento local e preservação cultural em face dos programas e linhas de financiamento da CEE.

Da convivência nesses poucos dias em Coimbra e de uma rápida passagem por Lisboa foi possível sentir a substancial diferença na prática da preservação do patrimônio urbano, hoje, entre Portugal e Brasil. Para a formação dessa consciência talvez tenham contribuído algumas catástrofes, como o terremoto que atingiu duramente Angra do Heroísmo (1980), nos Açores, e o incêndio do Chiado, em Lisboa, mas o fundamental é o novo clima de democracia que se vive no país.

A extensão das áreas afetadas por esses desastres e a comoção provocada colocaram naturalmente a discussão desses problemas em um plano muito mais amplo do que o exclusivamente patrimonial. A recuperação de Angra do Heroísmo é a reconstrução do Chiado passaram a ser temas obrigatórios nas câmaras municipais, nos jornais, na TV, nas associações comerciais e de moradores. Vale lembrar o peso poli-



O incêndio destruiu dezoto edifícios no Chiado, dos quais quatro foram demolidos por ameaçarem ruir a qualquer momento.

tico que têm em Portugal, como de resto em toda a Europa, os governos locais, que refletem os anseios da comunidade melhor do que o governo central e dispõem efetivamente de autonomia política e financeira. Nos dois casos, a intervenção realizada ou projetada não se limitou a restaurar ou reconstruir pontualmente edifícios afetados, mas objetiva rever e corrigir alguns tipos de ocupação, modernizar e ampliar a infraestrutura do bairro ou cidade e prevenir novos acidentes, tudo articulado com o planejamento integrado.

Estes dois casos limites foram, naturalmente, entremeados por outras iniciativas com características semelhantes, resultantes da tomada de consciência de sua população e autoridades, como é o caso de Évora, um dos portões de entrada no país, via Espanha. Por iniciativa da câmara municipal, o arquiteto Miguel Lima, que havia atuado em Angra do Heroísmo, está coordenando uma equipe que, em sintonia com os autores do plano de desenvolvimento urbano, implementa uma bem fundamentada proposta para o centro histórico da antiga cidade romana. Em Lisboa, sob a coordenação do arquiteto Carlos Alho, a câmara municipal iniciou um bem-sucedido programa de recuperação e valorização do Bairro Alto, um dos mais tradicionais da cidade.

Mas o caso mais interessante de recuperação de um setor urbano atualmente em curso em Portugal é o do Chiado. Na noite de 25 de agosto de 1988, um incêndio iniciado no magazine Grandella, na rua do Carmo, se propagou pelos edifícios vizinhos, atingindo a rua Nova do Almada e cruzando, em seguida, a via pública para alcançar a rua Garret e a Calçada do Sacramento. No total foram destruídos dezoto edifí-

cios de, em média, seis andares. Destes, quatro tiveram que ser demolidos por ameaçarem ruir a qualquer momento.

O acidente deflagrou um acalorado debate e conseqüente processo de conscientização dos valores e riscos a que estão expostos a Baixa Pombalina e o centro de Lisboa. A câmara municipal criou imediatamente o Gabinete de Coordenação e Assessoria Técnica do Chiado e iniciou inquéritos sistemáticos sobre a propriedade naquela zona e o uso das edificações na Baixa Pombalina. Formalizou ainda convênios com a Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa, Instituto Superior Técnico, Laboratório Nacional de Engenharia Civil e Universidade Nova de Lisboa para avaliar os efeitos físicos, sociais e econômicos da trajetória e consolidar o que restou. Acertadamente, a câmara entregou o planejamento físico do Chiado a uma equipe do Porto, driblando as enormes pressões dos grandes grupos especuladores sobre os maiores escritórios de arquitetura de Lisboa, dos quais são clientes. Ninguém mais autorizado do que Álvaro Siza, secundado pelos arquitetos Carlos Castanheira e Luis Mendes, para dar forma e desenvolver os princípios programáticos estabelecidos pela câmara, que podem ser resumidos no seguinte:

- responder às necessidades de usuários, moradores, trabalhadores, empresários e proprietários, promovendo a revitalização da área atingida e do entorno, transformando-a em um espaço para viver, trabalhar, consumir e de lazer;
- não considerar a área isoladamente, senão como fator de revitalização da Baixa, que deve ser estudada concomitantemente;
- respeitar a volumetria preexistente e

conservar as fachadas de inequívoco valor patrimonial, já que se trata de uma área monumental;

- considerar a condição do Chiado de articulação da Baixa Pombalina com o Bairro Alto, cujas ligações devem ser melhoradas;

- manter a ocupação tradicional, contemplando comércio de abastecimento, habitação (30% a 40% dos espaços) e equipamentos (hotéis, restaurantes, cultura e lazer);

- facilitar o acesso ao local, diminuindo o congestionamento, aumentando o estacionamento para moradores e usuários e promovendo a articulação do plano com as propostas de ampliação do metrô.

Álvaro Siza, hoje um dos arquitetos europeus modernos mais requisitados, confirma nesse plano sua grande maturidade profissional, não excluindo a participação de outros colegas, mas limitando as intervenções aos interiores, já que fachadas, volumes e níveis primitivos serão mantidos. No plano urbanístico propõe restabelecer ou criar algumas circulações no interior dos quarteirões, como a que liga a rua Garret com a porta sul da Igreja do Carmo; articular por meio de túneis a Baixa Pombalina e a rua do Carmo com a futura estação de metrô da rua Garret; e criar estacionamentos cobertos periféricos e no subsolo do Grandella, que terá um programa misto (comércio, escritório, equipamento de cultura e lazer). O ex-magazine Chiado deverá também ser transformado em hotel.

O plano prevê ainda normas para as reconstruções visando assegurar melhores condições habitacionais e de segurança aos usuários e moradores. No total são 42 000 m² a reconstruir e 16 000 m² a recuperar, mais 9 000 m² de ruas públicas também a recuperar, com um custo estimado de 50 milhões de dólares. Naturalmente a câmara não está nadando em dinheiro. Essas obras, em sua maior parte, serão financiadas pela iniciativa privada, mas tem-se pelo menos a certeza de que uma câmara forte terá condições de fazer cumprir



o plano, tão amplamente ansiado e discutido com a comunidade.

Outro grande projeto em desenvolvimento em Lisboa é o Plano de Salvaguarda e Valorização de Ajuda/Belem, patrocinado pelo Instituto Português de Patrimônio Cultural e Secretaria de Estado da Cultura, com apoio da câmara municipal de Lisboa, uma réplica de programas semelhantes introduzidos na França há 25 anos. Esse projeto resulta, na verdade, do concurso de ideias promovido em 1988 pela Associação de Arquitectos Portugueses para a zona ribeirinha de Lisboa e encampado pelos principais órgãos públicos ligados à questão. A já complexa problemática do bairro, um dos mais ricos em elementos significativos (Jerónimos, Torre de Belem, Palácio de Ajuda) e naturais, mas separado do Tejo por uma autopista cada vez mais congestionada e pela ferrovia dos Cascais, somaram-se desafios recentes, como o aparecimento de favelas e o impacto de grandes obras, entre estas o Centro Cultural de Belem, que servirá de sede em Portugal à CEE, concurso ganho pela equipe italo-lusitana de Gregotti e Risco.

Esse plano, que se destina a preencher uma lacuna entre as grandes diretrizes do planejamento metropolitano e as prescrições para intervenções pontuais da iniciativa privada, não se restringe à faixa pontual, mas inclui o grande aterro



O plano urbanístico de Álvaro Siza para reconstruir o Chiado propõe restabelecer ou criar algumas circulações no interior dos quarteirões, como a que articula a rua Garrett com a porta sul da Igreja do Carmo.

conquistado ao rio, as encostas e os cumes de colinas que conformam o perfil da cidade, desde o Tejo. Toda essa área está sendo analisada em suas relações funcionais, morfológicas, simbólicas e visuais com o rio, com a cidade e com o território, para o estabelecimento de normas.

Esse quadro é bem diferente do que vivemos atualmente no Brasil, onde tudo se quer legitimar pela lei de mercado e a presença do Estado se restringe a intervenções pontuais ou setoriais

em benefício de grupos ou para evitar o colapso do sistema. Seis anos após a queda da ditadura, a democracia ainda não chegou ao planejamento urbano e à preservação, como de resto às demais questões nacionais. Pelo contrário, o sistema de cultura foi desmontado pelos tecnocratas do Brasil Novo, no pressuposto de que o patrimônio e as artes em geral em nada contribuem para o PIB.

A experiência de Portugal é uma esperança para nós. De repente, o Velho Mun-

do se transforma em um exemplo de modernidade, enquanto a América dos grandes espaços naturais, da aventura, da abundância, da tolerância religiosa e racial se transforma em uma Babel subdesenvolvida, dependente, mesquinha e bárbara, um conflito social e político só. Esta é a diferença: enquanto a Europa restaura sua unidade política com base na identidade cultural, libertando-se da chantagem da guerra fria, 45 anos depois de sua instituição, não conseguimos libertar-nos do colonialismo, da subserviência e da dependência que nos condenaram ao isolamento, à exploração e ao autoritarismo nos 180 anos que se seguiram à independência.

A questão da democracia passa necessariamente pela manutenção de nossa identidade e pelo rompimento com essa dependência. O grande fenômeno político e econômico deste final de século não é a internacionalização da economia, canto de cisne do imperialismo, senão a consciência, a solidariedade e a integração regional. A CEE é o melhor exemplo para nós, latino-americanos. Não há libertação sem identidade, nem desenvolvimento sem cultura. ■

Paulo Ormino de Azevedo é arquiteto, coordenador do Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia (Ipsac) e consultor da Unesco.

O IMPERMEABILIZANTE DO FUTURO, É AQUELE QUE TEM PASSADO.

MANTA BUTYLICA IMPERFLEX-FILME.

- 25 anos dando cobertura aos melhores projetos
- 25 anos presente nas obras mais importantes
- 25 anos oferecendo 25 anos de garantia